

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

TALITA BERNARDES DEZIDERIO

**CARACTERÍSTICAS RELACIONADAS AO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DO
ARRENDAMENTO MERCANTIL NAS COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO
BRASILEIRAS**

FLORIANÓPOLIS

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TALITA BERNARDES DEZIDERIO

**CARACTERÍSTICAS RELACIONADAS AO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DO
ARRENDAMENTO MERCANTIL NAS COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO
BRASILEIRAS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Professora Dr.^a Máira Melo de Souza

FLORIANÓPOLIS

2016

TALITA BERNARDES DEZIDERIO

**CARACTERÍSTICAS RELACIONADAS AO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DO
ARRENDAMENTO MERCANTIL NAS COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO
BRASILEIRAS**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis e aprovada em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 23 de junho de 2016.

Prof.º Dr. Marcelo Haendchen Dutra
Coordenador de Monografia

Banca examinadora:

Prof.ª Dr.ª Máira Melo de Souza
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr.ª Suliani Rover
Universidade Federal de Santa Catarina

Mestranda Mariana Campagnoni
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado força e me ajudado a nunca desistir.

À minha mãe Dilma, batalhadora que me deu apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

Obrigada meu irmão Guilherme pelo apoio e ajuda nos momentos de dúvida.

Um agradecimento especial ao meu noivo Maicom, um exemplo de companheiro que esteve ao meu lado todo tempo e me ajudou nos momentos em que eu mais precisei.

Agradeço aos meus amigos e companheiros de trabalhos que foram compreensivos, prestativos e me ajudaram de alguma forma nesta etapa da minha vida.

Um grande agradecimento a minha orientadora Dra. Maíra Melo de Souza pela confiança, compreensão, apoio e empenho na realização deste trabalho.

Aos professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) pelos conhecimentos transmitidos.

*“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades,
lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram
conquistadas do que parecia impossível.”*

Charles Chaplin

DEZIDERIO, Talita Bernardes. **Características relacionadas ao nível de evidenciação do arrendamento mercantil nas companhias de capital aberto brasileiras**. 2016. 61 fls. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Contábeis – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar características relacionadas ao nível de evidenciação do arrendamento mercantil nas companhias de capital aberto brasileiras. Para isto foram elaboradas duas listas de verificação, com base no pronunciamento técnico CPC 06 (R1), visando medir o nível de evidenciação das companhias analisadas e também foram analisadas algumas características das companhias, sendo estas: i) classificação setorial, ii) emissão de *American Depositary Receipt* (ADR's) na *New York Stock Exchange* (NYSE), iii) nível de governança corporativa, iv) rentabilidade do ativo, e v) endividamento total. Foram analisadas as notas explicativas relativas ao ano de 2014 de 175 companhias que possuíam operações de arrendamento mercantil em suas demonstrações contábeis. Para a coleta de dados e análise dos resultados, as companhias foram divididas em companhias que possuíam apenas arrendamento mercantil financeiro, companhias que possuíam apenas arrendamento mercantil operacional e companhias que possuíam os dois tipos de arrendamento. Os resultados da pesquisa demonstraram que para as companhias que negociam ADRs na NYSE, a média do nível de evidenciação é maior para as que possuem arrendamento mercantil financeiro. Com base nos resultados da pesquisa foi possível inferir que as companhias analisadas que possuem apenas o arrendamento mercantil financeiro, apresentaram uma melhor evidenciação em relação às companhias com apenas arrendamento mercantil operacional. Possivelmente isto ocorreu devido o fato de que o arrendamento mercantil financeiro é evidenciado no Balanço Patrimonial, o que difere do operacional que é reconhecido diretamente como despesa do período.

Palavras-Chave: Arrendamento mercantil (*leasing*). CPC 06 (R1). Evidenciação. Características.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas

ADR - *American Depositary Receipt*

AMF - Arrendamento Mercantil Financeiro

AMO - Arrendamento Mercantil Operacional

APIMEC - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais

BACEN - Banco Central do Brasil

BM&FBOVESPA - Bolsa de Mercadorias e Futuros e Bolsa de Valores de São Paulo

BOVESPA- Bolsa de Valores de São Paulo

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FASB - *Financial Accounting Standards Board*

FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras

IAS - *International Accounting Standard*

IASB - *International Accounting Standards Board*

IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

n.º - Número

NYSE - *New York Stock Exchange*

SEC - *Securities and Exchange Commission*

SFAS - *Statement of Financial Accounting Standard*

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1: Pesquisas correlatas sobre arrendamento mercantil em empresas listadas na BM&FBOVESPA | 26 |
| Quadro 2: Lista de verificação para arrendamento mercantil financeiro | 30 |
| Quadro 3: Lista de verificação para arrendamento mercantil operacional | 31 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1: Tipos de arrendamento da amostra analisada | 36 |
| Tabela 2: Classificação setorial X nível de evidenciação do AMF | 37 |
| Tabela 3: Negociação de ADRs na NYSE X nível de evidenciação do AMF | 37 |
| Tabela 4: Nível de governança corporativa X nível de evidenciação do AMF | 38 |
| Tabela 5: Rentabilidade X nível de evidenciação do AMF | 38 |
| Tabela 6: Endividamento X nível de evidenciação do AMF | 39 |
| Tabela 7: Classificação setorial X nível de evidenciação do AMO | 40 |
| Tabela 8: Negociação de ADRs na NYSE X nível de evidenciação do AMO | 40 |
| Tabela 9: Nível de governança corporativa X nível de evidenciação do AMO | 41 |
| Tabela 10: Rentabilidade X nível de evidenciação do AMO | 41 |
| Tabela 11: Endividamento X nível de evidenciação do AMO | 42 |
| Tabela 12: Classificação setorial X nível de evidenciação do AMF e AMO | 42 |
| Tabela 13: Negociação de ADRs na NYSE X nível de evidenciação do AMF e AMO | 43 |
| Tabela 14: Nível de governança corporativa X nível de evidenciação do AMF e AMO | 43 |
| Tabela 15: Rentabilidade X nível de evidenciação do AMF e AMO | 44 |
| Tabela 16: Endividamento X nível de evidenciação do AMF e AMO | 44 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1 TEMA E PROBLEMA..... | 13 |
| 1.2 OBJETIVO | 14 |
| 1.2.1 Objetivo Geral | 14 |
| 1.2.2 Objetivos Específicos | 14 |
| 1.3 JUSTIFICATIVA | 15 |
| 1.4 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA..... | 16 |
| 1.5 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA | 16 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 18 |
| 2.1 ARRENDAMENTO MERCANTIL | 18 |
| 2.1.1 Arrendamento Mercantil Operacional | 20 |
| 2.1.2 Arrendamento Mercantil Financeiro..... | 21 |
| 2.2 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL..... | 22 |
| 2.3 ESTUDOS SEMELHANTES | 26 |
| 3 METODOLOGIA DA PESQUISA..... | 29 |
| 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA | 29 |
| 3.2 TÉCNICAS E INSTRUMENTO DE PESQUISA | 30 |
| 3.3 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA | 31 |
| 3.3.1 Características analisadas na pesquisa | 32 |
| 3.3.1.1 Classificação setorial | 32 |
| 3.3.1.2 Negociação de ADRs na Bolsa de Valores de Nova Iorque..... | 33 |
| 3.3.1.3 Governança corporativa..... | 33 |
| 3.3.1.4 Rentabilidade do ativo | 34 |
| 3.3.1.5 Endividamento total..... | 34 |
| 3.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA | 35 |
| 4 RESULTADOS DA PESQUISA | 36 |

| | |
|--|-----------|
| 4.1 TIPOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL..... | 36 |
| 4.2 ANÁLISE DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DAS COMPANHIAS QUE POSSUEM APENAS ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO..... | 37 |
| 4.3 ANÁLISE DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DAS COMPANHIAS QUE POSSUEM APENAS ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL..... | 39 |
| 4.4 ANÁLISE DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DAS COMPANHIAS QUE POSSUEM ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO E OPERACIONAL..... | 42 |
| 5 CONCLUSÕES DA PESQUISA..... | 46 |
| 5.1 CONCLUSÕES QUANTO AOS OBJETIVOS..... | 46 |
| 5.2 CONCLUSÕES QUANTO AOS RESULTADOS | 47 |
| 5.3 SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS | 49 |
| REFERÊNCIAS | 50 |
| APÊNDICES A - Amostra de pesquisa | 56 |

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço da globalização e o crescimento das relações internacionais, algumas empresas e entidades governamentais sentiram a necessidade de padronização das informações financeiras e contábeis, para que não houvesse a perda da qualidade dessas informações. Pensando nisto, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (MARTINS *et al.* 2013).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado através da união de esforços e de objetivos da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC Nacional), Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). Eles viam a necessidade de padronização das normas contábeis, tanto nacionalmente quanto internacionalmente (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2016).

O objetivo do CPC é a pesquisa, criação e publicação dos pronunciamentos técnicos sobre práticas contábeis e a correta divulgação dessas informações (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2016). Dentre os quarenta e seis pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, este trabalho aborda o CPC 06 (R1) que trata das operações de arrendamento mercantil. Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1, 2010) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o Arrendamento Mercantil é uma operação realizada via contrato, na qual o dono do bem (arrendador) transfere ao arrendatário, mediante pagamento, o direito de uso deste bem por um determinado tempo estipulado em contrato.

O parágrafo único da Lei n.º 6.099, de 12 de setembro de 1974, considera o arrendamento mercantil:

[...] negócio jurídico realizado entre pessoa jurídica, na qualidade de arrendadora, e pessoa física ou jurídica, na qualidade de arrendatária, e que tenha por objeto o arrendamento de bens adquiridos pela arrendadora, segundo especificações da arrendatária e para uso próprio desta.

Com base no exposto no parágrafo único da Lei n.º 6.099/1974 é possível verificar que são estabelecidos critérios para as operações de arrendamento mercantil no que diz respeito a relação do arrendador e arrendatário.

O arrendamento mercantil, também conhecido como *Leasing*, é um assunto amplamente discutido e analisado por diversos órgãos reguladores e estes dão orientações à

respeito do reconhecimento e mensuração. No Brasil, as operações de arrendamento mercantil são regulamentadas e fiscalizadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central (MARTINS; VASCONCELOS; SOUZA, 2009).

Segundo Martins, Vasconcelos e Souza (2008) o *leasing* é uma operação entre instituições financeiras (arrendadora) e clientes (arrendatário) e tem por objetivo disponibilizar ao arrendatário a compra de um bem sem que este precise pagar pelo mesmo imediatamente. Ainda segundo os autores, o cliente ao término do contrato de *leasing* possui três opções: a prorrogação do contrato, a rescisão do contrato ou ainda a aquisição do bem.

O arrendamento mercantil pode ser classificado em financeiro ou operacional. O CPC 06 (R1, 2010) explica que, para ser classificado como financeiro, o arrendamento deve transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade, caso ocorra o contrário, será classificado como operacional.

Nesse contexto, verifica-se que o arrendamento mercantil financeiro tem características de financiamento, enquanto que o operacional tem características de aluguel. Em seu texto, o CPC 06 (R1, 2010) fornece bases adicionais para ajudar a classificar essas duas maneiras de arrendamento mercantil existentes.

Vale salientar que atualmente (2015 e 2016) foi aprovada pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB) a unificação destas formas de arrendamento mercantil, dessa forma passará a existir apenas arrendamentos na forma de financiamento. Mas a previsão para essa mudança entrar em vigor está prevista apenas para o ano de 2019 (IFRS BRASIL, 2016).

Nesse sentido, a perspectiva é que no Brasil também ocorra essa mudança visto que ele convergiu suas normas as do IASB, mas até 2019, o tratamento contábil ainda é o existente com duas formas de arrendamento, as quais serão abordadas na presente pesquisa.

A classificação e o registro correto do tipo de arrendamento mercantil contribuem para uma melhor demonstração da realidade contábil da empresa e auxilia no processo de evidenciação nas demonstrações financeiras (GRACILIANO *et al.* 2009).

Segundo Niyama e Silva (2011), a contabilização das operações de *leasing* no Brasil tem gerado grandes discussões entre o que se deve seguir, se a essência ou a forma jurídica, e isso tem prejudicado a evidenciação da real situação das companhias. Os autores ainda afirmam que nos casos de empresas que possuem, significativamente, operações de arrendamento mercantil, a evidenciação incorreta dessas operações afeta os seus demonstrativos financeiros.

Diante do exposto, é possível depreender que a convergência contábil é extremamente relevante no cenário mundial, pois ela busca a padronização das informações contábeis e através dessa padronização os diversos usuários da informação contábil poderão tomar decisões mais acertadas. No que tange as operações de arrendamento mercantil essa afirmação também é verídica, pois a padronização auxilia na comparabilidade de diversas demonstrações contábeis de diferentes empresas que possuem operações de arrendamento mercantil.

1.1 TEMA E PROBLEMA

No que diz respeito as operações de arrendamento mercantil, muitos órgãos reguladores, entidades contábeis, auditores e contadores vem se empenhando para tornar as informações contábeis padronizadas de acordo com o IASB, entretanto algumas normas e legislação específica do setor entravam em conflito com leis federais e com isso, acabam impedindo essa padronização contábil e gerando divergências na evidenciação das informações registradas nas demonstrações financeiras (GRACILIANO *et al.* 2009).

Nesse ambiente, a Lei n.º 11.638/2007 alterou o conceito de imobilizado abrindo espaço para a convergência com a norma internacional que trata de arrendamento mercantil. Os autores Pereira *et al.* (2010) ressaltam que o pronunciamento CPC 06 sobre arrendamento mercantil foi criado para tornar possível a convergência para as normas internacionais, a primeira versão do CPC 06 foi emitida em 03 de outubro de 2008.

Em 12 de novembro de 2008 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através da Deliberação CVM n.º 554, aderiu à redação apresentada no pronunciamento técnico CPC 06, e assim impôs que as companhias de capital aberto seguissem os procedimentos descritos no referido CPC (KRUGER; BORBA, 2012).

Nesse contexto, verificou-se que as operações de arrendamento mercantil, devido a sua importância e relevância, receberam um destaque maior em 2010 no Brasil quando foi criado um pronunciamento contábil específico para o tema (VASCONCELOS NETO *et al.* 2014).

No que tange a contabilização, as operações de arrendamento mercantil geram impactos nas demonstrações contábeis e a escolha do tipo de contabilização pode interferir significativamente na decisão dos usuários internos e externos, principalmente no que diz respeito ao grau de endividamento, rentabilidade e de impostos a pagar (MARQUES, 1999).

Dessa maneira, as companhias de capital aberto, listadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros e Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), devem adotar os critérios propostos pelo pronunciamento CPC 06 (R1), este já em sua segunda versão, inclusive no que diz respeito à evidenciação das operações de arrendamento mercantil nas demonstrações contábeis, para que as informações contábeis mantenham-se padronizadas e tenham uma melhor demonstração da realidade da empresa contribuindo com a transparência das informações contábeis.

Tendo em vista a importância da transparência, o presente estudo tem por tema a evidenciação das operações de arrendamento mercantil nas demonstrações contábeis e notas explicativas das companhias de capital aberto brasileiras e pretende responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais características estão relacionadas ao nível de evidenciação do arrendamento mercantil nas companhias de capital aberto brasileiras?

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos normalmente são ações para se chegar a resposta da questão problema, eles indicam o resultado proposto a alcançar ao final da pesquisa (BEUREN *et al.*, 2009). Nesta concepção, a seguir estão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos desta pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é identificar características relacionadas ao nível de evidenciação do arrendamento mercantil nas companhias de capital aberto brasileiras.

1.2.2 Objetivos Específicos

Com vistas a atingir o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- 1) Elaborar duas listas de verificação com base no pronunciamento contábil CPC 06 (R1);
- 2) Mensurar o nível de evidenciação das operações de arrendamento mercantil nas companhias de capital aberto brasileiras;

3) Comparar o nível de evidenciação do arrendamento mercantil com as características de: i) classificação setorial, ii) emissão de *American Depositary Receipt* (ADR's) na *New York Stock Exchange* (NYSE), iii) nível de governança corporativa, iv) rentabilidade do ativo e v) endividamento total.

1.3 JUSTIFICATIVA

O trabalho possui importância de cunho social conforme é possível perceber nas notícias sobre *leasing* que estão sendo divulgadas na mídia brasileira. A exemplo pode-se citar a notícia relatada por Pompeo (2015) que informa que os contratos de *leasing* que assumem a função de aluguel de veículos possuem desvantagens em relação ao consumidor e isso se concretizou após uma decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, na qual o mesmo determinou que o consumidor deverá restituir ao banco o valor gasto na compra do veículo alugado por *leasing*, ainda que estejam excluídos da conta os valores referentes à opção de compra, à depreciação do veículo, entre outros, a decisão acaba com a isenção do pagamento das parcelas do contrato em caso de roubo do veículo alugado. Percebe-se que este assunto gera dúvidas e discussões entre a sociedade e alguns especialistas sobre o tipo de contrato que deve ser feito, suas vantagens e desvantagens e a sociedade deve estar atenta às cláusulas do contrato nestas operações.

Nesse contexto, esta pesquisa também possui importância de cunho econômico, conforme notícia divulgada por Alerigi Junior (2015) sobre uma empresa de caminhões e ônibus que em 2015 divulgou um programa de *leasing* operacional para alavancar o consumo de seus veículos, devido à queda nas vendas ocasionada pela crise.

Ainda considerando a importância de cunho econômico, verificou-se a notícia sobre a aprovação pelo Senado Federal de uma proposta de emenda constitucional para que nas operações de *leasing* de bens importados, seja cobrado o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) (ALEGRETTI, 2015).

Em relação à importância de cunho acadêmico, conforme informado pela consultoria IFRS Brasil (2016) as operações de arrendamento mercantil estão em fase de alteração, no que tange a contabilização. Em janeiro de 2016, foi emitido o pronunciamento IFRS 16 que dispensa a classificação do *leasing* em operacional e financeiro para ser um modelo único. O novo pronunciamento deverá ser seguido obrigatoriamente a partir de 1 de janeiro de 2019.

Nessa concepção, a presente pesquisa também possui relevância de cunho acadêmico considerando que poderá servir de base para outros acadêmicos que desejem realizar e aprofundar seus conhecimentos em estudos sobre arrendamento mercantil.

Além disso, a evidenciação contábil é importante para os usuários externos, a exemplos podem-se citar: investidores, fornecedores, governo, bancos, órgãos reguladores e normatizadores e os demais *stakeholders*. Nessa concepção, trabalhos abordando o tema evidenciação contábil são importantes para fornecer resultados acerca de como as companhias estão divulgando suas informações para o mercado.

1.4 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

A presente pesquisa delimita-se a analisar as demonstrações contábeis do ano de 2014 de companhias de capital aberto brasileiras listadas na BM&FBOVESPA, exceto as instituições financeiras pelo motivo das mesmas possuírem regulamentação específica, pois seu órgão regulador não aprovou o CPC 06 (R1) até a data de 23/03/2016 quando do levantamento da amostra de pesquisa deste trabalho.

O presente trabalho delimita-se ao estudo do arrendamento mercantil com base nos conceitos e disposições do pronunciamento contábil CPC 06 (R1), sendo esta norma a principal base referencial e a base de elaboração da lista de verificação que constitui o instrumento de pesquisa para coleta dos dados relativos à evidenciação realizada acerca das operações de arrendamento mercantil.

1.5 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos. No primeiro capítulo contém a introdução do trabalho que apresenta uma contextualização do tema de pesquisa e está subdividida em: 1.1 Tema e problema, 1.2 Objetivos da pesquisa (objetivo geral e objetivos específicos), 1.3 Justificativa e 1.4 Delimitações da pesquisa.

O segundo capítulo é composto pelo Referencial Teórico, estando dividido em: 2.1 Arrendamento mercantil, 2.2 Evidenciação contábil e 2.3 Estudos semelhantes. O terceiro capítulo de Metodologia da pesquisa está subdividido em: 3.1 Classificação da pesquisa, 3.2 Técnicas e instrumento de pesquisa, 3.3 Procedimento de pesquisa e população e 3.4 Amostra da pesquisa.

No capítulo 4 estão apresentados os Resultados da Pesquisa, este que foi dividido em: 4.1 Tipos de arrendamento mercantil, 4.2 Análise do nível de evidenciação e características das companhias que possuem apenas arrendamento mercantil financeiro, 4.3 Análise do nível de evidenciação e características das companhias que possuem apenas arrendamento mercantil operacional e 4.4 Análise do nível de evidenciação e características das companhias que possuem arrendamento mercantil financeiro e operacional.

E por fim, no capítulo 5 estão compreendidas as Conclusões da pesquisa, estando subdivididas em: 5.1 Conclusões quanto aos objetivos, 5.2 Conclusões quanto aos resultados e 5.3 Sugestões para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ARRENDAMENTO MERCANTIL

O arrendamento mercantil também conhecido pela expressão *leasing* é realizado através de contrato, em que o objetivo fim é disponibilizar um ativo da empresa arrendadora para uma arrendatária por um prazo estipulado e ao término do contrato, poderá a arrendatária escolher pela renovação do contrato por mais um prazo, a devolução do ativo ou ainda pela compra do mesmo pelo valor residual estabelecido no contrato (OGASAVARA, 1981).

Seguindo o mesmo entendimento, os autores Niyama e Silva (2011) definem o *leasing* como operações realizadas entre o arrendador e arrendatário, em que é cedido o uso de um bem por um período fixado em contrato e chegando ao final deste período, existe a possibilidade de prorrogação do contrato, a compra do bem ou ainda a devolução do mesmo.

O arrendador é o dono do ativo arrendado e o arrendatário é quem tem o direito de uso deste ativo (NIYAMA; SILVA, 2011). Seguindo a mesma concepção, os autores Barbosa *et al.* (2011) afirmam que o arrendatário é quem possui o direito de uso do bem e em contrapartida realiza pagamentos regularmente ao arrendador e este por sua vez é o proprietário do ativo arrendado.

Os autores Martins *et al.* (2013) discorrem que “os *leasings* financeiros são vendas no arrendador e compras de ativos no arrendatário; já os operacionais não”. Nesse sentido é possível verificar que os autores, seguem o mesmo consenso de ideias acerca dos conceitos de *leasing* financeiro e operacional.

Conforme os autores Martins, Vasconcelos e Souza (2008, p. 3):

O surgimento da atividade de arrendamento mercantil (*leasing*) se deu inicialmente com o objetivo de oferecer recursos às empresas a baixo custo, para aquisição de bens e modernização de seus parques tecnológicos. Fundamentalmente a ideia de *leasing* é baseada na concepção de que o fato propulsor do rendimento para uma empresa é a utilização, e não a propriedade de um bem.

Nessa concepção, verifica-se que as operações de *leasing*, tiveram como objetivo inicial, uma opção de investimento para as companhias sem que as mesmas precisassem desembolsar uma grande quantia de recursos.

Estudos mostram que as primeiras operações de *leasing* surgiram nos Estados Unidos há muitos anos atrás e que tenha se difundido após a segunda guerra mundial, na época em

que os Estados Unidos estavam tendo que alugar armas aos seus aliados da guerra (MARTINS; VASCONCELOS; SOUZA, 2008).

Ainda segundo os autores Martins, Vasconcelos e Souza (2008), no Brasil não se tem uma data estabelecida para a chegada do arrendamento mercantil, entretanto sabe-se que a primeira empresa a realizar a atividade de *leasing* no Brasil foi a *Rent a Maq* em 1967, a mesma alugava máquinas de escrever.

A primeira lei a regulamentar o arrendamento mercantil no Brasil foi a Lei n.º 6.099, de 12 de setembro de 1974, esta que por sua vez foi modificada pela Lei n.º 7.132, de 26 de outubro de 1983 (BATISTA; FORMIGONI, 2013).

Em 28 de agosto de 1996 foi criada a Resolução n.º 2.309 que tem o intuito de regularizar e estabelecer as normas relacionadas às operações de *leasing*. A mesma resolução também institui o Banco Central do Brasil como órgão fiscalizador e controlador dos assuntos relacionados às operações de arrendamento mercantil.

Com o passar dos tempos, o arrendamento mercantil se tornou um assunto muito discutido, principalmente entre os órgãos normatizadores e com isso foram criados vários mecanismos de diretrizes contábeis a serem seguidas na contabilização das operações de *leasing*, como por exemplo, o pronunciamento contábil CPC 06, este que por sua vez está alinhado à norma internacional IAS 17, que trata especificamente sobre os aspectos contábeis relacionados às operações de arrendamento mercantil, a versão em vigor do referido pronunciamento contábil é o CPC 06 (R1).

Segundo os autores Graciliano *et al.* (2009, p. 7) “a contabilidade não busca a irrelevância da forma, mas sim a sobrepujança da essência no registro contábil quando a forma legal demonstre com discrepância a essência econômica”.

Assim como os autores Graciliano *et al.* (2009), existem outros autores afirmando que em algumas operações contábeis deve ser levada em conta a essência sobre a forma e não apenas os aspectos legais. Segundo Ernst Young e FIPECAFI (2010) os primeiros pronunciamentos sobre arrendamento mercantil a adotarem a definição de essência sobre a forma foram o *International Accounting Standard 17* (IAS 17) e o *Statement of Financial Accounting Standard* (SFAS) 13.

A mesma filosofia de essência sobre a forma foi adotada pelo Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1, 2010) que afirma que a classificação das operações de *leasing* em financeiro ou operacional deverá ser realizada levando em consideração a essência da operação e não a forma do contrato.

Nessa concepção, verifica-se que o arrendamento mercantil pode ser classificado em financeiro ou operacional. Segundo Niyama e Silva (2011), para classificar corretamente as operações de arrendamento mercantil, devem ser seguidos alguns fatores, como por exemplo, quem será o responsável pelas despesas do bem arrendado, a definição do valor do bem na opção de aquisição do mesmo ou ainda verificar se o valor total do arrendamento é suficiente para a recuperação do custo do bem para a arrendadora.

É possível perceber que o arrendamento mercantil é uma operação realizada há vários anos e até hoje é muito utilizada em empresas brasileiras que não possuem capital suficiente para investimento imediato e assim adquirem o *leasing* como uma maneira para financiar ou alugar um bem do qual necessitam.

2.1.1 Arrendamento Mercantil Operacional

O arrendamento mercantil operacional é caracterizado como locação e realizado através de contrato, em que o mesmo prevê a sua rescisão a qualquer momento ou ainda a opção de aquisição do bem (RIZZARDO, 2000).

Os autores Niyama e Silva (2011) também consideram o *leasing* operacional uma operação de aluguel e ainda entendem que os pagamentos inerentes a essa negociação devam ser considerados como despesas e debitados linearmente.

Conforme os autores Hendriksen e Breda (2009) a operação de arrendamento será caracterizada como operacional se não apresentar natureza de financiamento ou compra. Os mesmos também acreditam que as operações de arrendamento operacional são transações de locações. Ainda segundo os autores, a evidenciação das parcelas de pagamento do *leasing*, no arrendatário, deverá ser registrada como despesa de aluguel.

O arrendamento mercantil operacional geralmente é uma operação realizada via contrato no qual a arrendatária se dispõe a efetuar pagamentos regularmente e por sua vez a arrendadora concede o direito de uso do bem arrendado (MARTINS; VASCONCELOS; SOUZA, 2008).

Ainda segundo os autores Martins, Vasconcelos e Souza (2008), nesta forma de *leasing* a arrendadora apenas concede à arrendatária o direito de uso do ativo, por um período estabelecido via contrato, terminando este prazo o bem deverá ser devolvido, há a opção de compra, entretanto para os autores, isto não é comum nesse tipo de modalidade de arrendamento.

O arrendamento mercantil operacional é o tipo de *leasing* menos praticado devido ao seu tratamento e contabilização, pois o registro do ativo é feito pela arrendadora e a arrendatária faz o registro dos pagamentos na conta de despesa (MARTINS; VASCONCELOS; SOUZA, 2008).

Verifica-se que o *leasing* operacional tem característica de aluguel e a arrendatária possui apenas o direito de uso do bem. O ativo objeto desta operação não é reconhecido no Balanço Patrimonial da arrendatária, os valores pagos mensalmente são registrados direto no resultado do exercício como despesa do período.

2.1.2 Arrendamento Mercantil Financeiro

A primeira definição de arrendamento mercantil financeiro se deu em 1982 através da norma internacional IAS 17, na qual a mesma declarou que a transferência dos benefícios e riscos do uso de um bem a outra pessoa, jurídica ou não, é considerado arrendamento mercantil financeiro (ERNST YOUNG; FIPECAFI, 2010).

No pronunciamento técnico CPC 06 (R1, 2010), a modalidade de arrendamento mercantil financeiro é definida também como uma operação em que são transferidos os riscos e benefícios de um bem para o arrendatário.

Nessa modalidade de arrendamento o contrato tem um prazo determinado com base na vida útil do bem, podendo ser de dois até cinco anos dependendo do tipo do bem. Uma característica das operações de *leasing* financeiro é o fato de que os pagamentos estipulados em contrato devem ser suficientes para cobrir o custo de bem e assim assegurar a arrendadora o retorno do investimento (MIRANDA, 2001).

Conforme os autores Niyama e Silva (2011), para que o arrendamento mercantil seja considerado financeiro, ele deve conter pelo menos uma das características a seguir:

- transferência de posse do bem para o cliente (arrendatária);
- opção de aquisição do bem por um valor menor que o preço de mercado;
- o prazo do contrato deve ser igual ou maior que setenta e cinco por cento da vida útil do bem; e
- os pagamentos efetuados pela arrendatária ao final do contrato devem somar igual ou mais que noventa por cento do custo do bem arrendado.

Segundo Martins, Vasconcelos e Souza (2008), o arrendamento mercantil financeiro é uma operação em que há transferência de um bem da arrendadora para arrendatária e com ele

seguem os riscos e benefícios, a operação tem um prazo determinado via contrato, mas há possibilidade de compra do bem, de prorrogação do contrato ou ainda de rescisão. Ainda segundo os autores as operações de *leasing* financeiro são mais comuns que as operações de *leasing* operacional.

Para os autores Ribeiro, Reis e Pinheiro (2014), no *leasing* financeiro, é muito provável que a arrendatária adquira o bem ao término do contrato, pois este ativo nesse período final estará custando abaixo do valor de mercado.

Nas operações de arrendamento mercantil financeiro, o bem é transferido para arrendatária juntamente com os seus riscos e benefícios e a mesma o registra no seu Balanço Patrimonial como ativo. Nesta modalidade é comum a compra do bem arrendado pela arrendatária ao final do contrato, o que deixa essa transação, em sua essência, com característica de um financiamento.

2.2 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL

A evidenciação, também chamada de *disclosure*, está relacionada ao fato de divulgar informações aos vários usuários e faz-se necessário que haja materialidade e relevância nas informações divulgadas para que não gere um alto nível de complexidade no momento de sua análise, pois não sabemos se quem irá receber essas informações é um *expert* em contabilidade ou se é um leitor com conhecimento básico sobre o assunto (IUDÍCIBUS, 2009).

Seguindo esta concepção, o CPC 00 (R1, 2011), que contempla a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, dispondo, entre outras coisas, sobre a elaboração e divulgação dos relatórios contábeis-financeiros, afirma que as informações divulgadas nesses relatórios, devem se destinar inicialmente aos financiadores, investidores e outros credores, pois nos relatórios contábeis-financeiros devem constar dados convenientes para tomada de decisões econômicas, mas ao mesmo tempo estes relatórios também devem atender aos outros usuários em geral.

Analisando outro ponto, verifica-se que além de divulgar as informações relevantes aos diversos usuários, é de suma importância que essas informações sejam idôneas e transmitam a real situação da empresa.

Diante disso, os autores Martins, Vasconcelos e Souza (2008) afirmam que nas inúmeras relações de negócios em que grandes empresas estão inseridas, torna-se necessário que elas transpareçam confiança e idoneidade quanto ao pagamento de suas obrigações, pois

assim conseguirão obter crédito junto aos seus credores. Portanto, é importante que essas companhias não demonstrem em seus relatórios financeiros altos níveis de endividamento e devido a isto por muito tempo essas empresas conseguiram, através de *leasing* financeiro, financiar bens sem reconhecer as operações no passivo, o que diminuía o seu nível de endividamento, o mesmo acontecia quando se tratava de *leasing* operacional, as companhias adiavam o registro da despesa e aparentavam um lucro maior, gerando uma demonstração contábil divergente da real situação da empresa.

A situação descrita pelos autores Martins, Vasconcelos e Souza (2008) ocorria pelo fato de que antes no Brasil tanto o *leasing* operacional como o financeiro eram registrados como despesa na arrendatária conforme o pagamento das parcelas estipuladas em contrato.

Nessa perspectiva, verificou-se a necessidade da criação de normas para regularização dessa situação, entretanto alguns autores afirmam que a legislação sobre arrendamento mercantil diverge em alguns pontos em relação a algumas normas contábeis.

Há conflito também entre alguns órgãos reguladores que tratam da contabilização e reconhecimento das operações de *leasing*, conforme ressaltam os autores Pereira *et al.* (2010, p. 3):

[...] o BACEN, responsável por normatizar e fiscalizar as instituições financeiras (dentre elas as sociedades de arrendamento mercantil) optou por não referendar o Pronunciamento Técnico CPC 06, exigindo das arrendadoras que os bens arrendados continuem a integrar seu imobilizado. Por sua vez, esses mesmos bens encontram-se contabilizados no imobilizado das arrendatárias, reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que optou por referendar o pronunciamento.

Diante do exposto, verifica-se que ainda há uma grande dificuldade em se chegar à convergência contábil e isso pode levar as empresas a evidenciar as operações de arrendamento mercantil de forma divergente.

Os autores Coelho, Cruz e Holanda (2015), demonstram um comparativo com a diferença da contabilização das operações de arrendamento mercantil entre a Lei n.º 6.099/74 e o CPC 06. É possível verificar que há divergência no registro, o que pode gerar incompatibilidade de informações de uma companhia para outra.

A Lei n.º 6.099/74 delibera sobre os aspectos tributários das operações de arrendamento mercantil e esta por sua vez foi alterada pela Lei n.º 12.973/2014, que atualmente discorre sobre as disposições de ordem tributária decorrentes da convergência com as normas internacionais.

Em muitas operações contábeis, a divulgação das informações deve ser realizada não apenas com base em leis, mas também devem ser verificados alguns pontos relevantes, como

por exemplo, o grau de dificuldade das operações e neste caso as companhias devem apresentar mecanismos extras para evidenciar a sua efetiva posição econômico-financeira. Também se faz necessário determinar os usuários da informação e verificar suas reais necessidades e assim fazer com que as informações geradas convirjam para uma finalidade específica para cada usuário (MARTINS; VASCONCELOS; SOUZA, 2009).

A contabilização das operações de arrendamento mercantil é um assunto muito debatido no mundo e o tratamento contábil que se dá pode ser diferente de um país para outro (MARTINS; VASCONCELOS; SOUZA, 2008). Devido a este fato, são criadas normas contábeis na intenção de padronizar essas operações.

Segundo o pronunciamento técnico CPC 06 (R1, 2010), o valor do arrendamento mercantil financeiro deverá ser registrado tanto no ativo quanto no passivo da arrendatária, este valor deverá ser o valor justo do bem ou, se menor, deverá ser o valor presente das contraprestações mínimas pagas do arrendamento. Quanto à contabilização na arrendadora, o registro do bem arrendado deverá ser feito em uma conta do ativo, com o valor líquido do arrendamento.

O pronunciamento técnico CPC 06 (R1, 2010) também dispõe sobre as operações de arrendamento mercantil operacional e declara que o registro dessa modalidade de *leasing* deve ser realizado mensalmente pela arrendatária, conforme prazo do contrato, em uma conta de despesa. Enquanto que na arrendadora, o registro deverá ser realizado linearmente no resultado em uma conta de receita e a depreciação do bem será contabilizada na despesa. Ainda segundo o referido pronunciamento, deverá ser verificada a essência da operação e não apenas a sua forma legal.

Os autores Barbosa *et al.* (2011) seguem os mesmos princípios do CPC 06 (R1, 2010) e explicam que o registro das operações de arrendamento financeiro deve ser realizado no ativo e no passivo, enquanto que o arrendamento operacional deverá ser registrado linearmente como despesa. Para os autores, o ponto principal do conflito é exatamente essa diferenciação entre as duas classificações de arrendamento.

No que diz respeito a uma operação de *leasing* financeiro, a empresa arrendadora deverá registrar o bem arrendado no balanço em uma conta específica do ativo imobilizado e este deverá sofrer depreciação (RIZZARDO, 2000).

Santos, Raimundini e Sousa (2007) complementam que nas operações de *leasing* financeiro, o registro do bem arrendado pela arrendatária deverá ser realizado no ativo imobilizado no momento em que o mesmo é recebido ou ainda na data do contrato e em

contrapartida deverá ser registrado um passivo referente às contraprestações do arrendamento juntamente com o valor residual garantido.

Os autores Santos, Raimundini e Sousa (2007) também afirmam que se a arrendatária tiver conhecimento do valor de juros referente à operação de arrendamento mercantil, a mesma deverá registrar o valor em uma conta redutora do passivo e deverá apropriar mensalmente a despesa no resultado, a arrendatária também deverá depreciar o bem conforme dispõem as normas contábeis. No que diz respeito ao registro do *leasing* operacional, os autores declaram que o arrendatário deverá registrar apenas os pagamentos como despesa do período, será registrado um passivo somente se não houver o pagamento da contraprestação na competência.

Ainda segundo os autores Santos, Raimundini e Sousa (2007) o registro contábil das operações de arrendamento mercantil financeiro pela arrendadora deverá ser realizado no ativo circulante e não circulante, conforme o prazo do contrato, pelo valor total dos pagamentos a serem realizados pela arrendatária e o valor dos juros deverá ser contabilizado em uma conta de juros a apropriar como despesa. Para os casos de *leasing* operacional, a arrendadora deverá fazer o registro do bem no ativo imobilizado e em contrapartida registrará uma receita através do método linear.

Em um processo de tomada de decisão, é necessário que o registro das obrigações e direitos de uma companhia seja realizado de forma correta para que as informações contábeis geradas sejam interpretáveis e possíveis de serem analisadas por usuários externos como contadores, auditores e investidores (HENDRIKSEN; BREDA, 2009). Nessa concepção, uma evidenciação clara e correta das operações de arrendamento mercantil é indispensável para uma análise precisa por parte dos usuários da informação.

Ainda segundo os autores Hendriksen e Breda (2009), alguns administradores de empresa acreditam que o registro das operações de *leasing* no balanço distorce alguns índices financeiros, pois a contabilização do arrendamento é divergente de outros mecanismos de dívida. Em contrapartida, outro grupo de administradores alega que o que distorce esses índices é a omissão das operações de arrendamento nas demonstrações financeiras.

A maneira como é realizada a evidenciação contábil do arrendamento mercantil impacta na análise econômica de financiadores, autoridades fiscais e investidores, pois através dos números divulgados é calculado indicadores de risco que influenciam nas informações financeiras geradas (COELHO; CRUZ; HOLANDA, 2015).

É possível depreender que nas operações de *leasing* é essencial uma divulgação clara e correta das informações e dos números envolvidos, pois eles servirão de base para análises e cálculos de índices financeiros que serão utilizados por diversos usuários, principalmente por investidores e instituições financeiras, para tomada de decisão.

2.3 ESTUDOS SEMELHANTES

Há algum tempo pesquisas estão sendo realizadas no intuito de verificar as operações de arrendamento mercantil tanto financeiro quanto operacional e analisar os impactos que essa classificação pode causar no ativo, passivo e patrimônio líquido das companhias. A mensuração e evidenciação dessas operações também têm sido um assunto bastante estudado no meio acadêmico.

Quanto à análise de estudos correlatos a esta pesquisa, verificou-se, conforme demonstrado no Quadro 1, apenas as pesquisas identificadas em que o objetivo foi diretamente semelhante com o objetivo geral do presente estudo.

Quadro 1 - Pesquisas correlatas sobre arrendamento mercantil em empresas listadas na BM&FBOVESPA

| Autores | Objetivo e período analisado | Resultados |
|-----------------------------------|---|---|
| Santos, Raimundini e Sousa (2007) | Analisar e comparar, através de uma simulação baseada em uma situação empírica, a reprodução da evidenciação contábil das operações de arrendamento mercantil em empresas arrendadoras e arrendatárias, verificando se estão de acordo com as normas vigentes no Brasil. | Os autores concluíram que para as empresas que adotaram as normas internacionais de contabilidade nas operações de <i>leasing</i> financeiro, estas apresentaram em seus demonstrativos contábeis-financeiros informações mais fidedignas, enquanto que a legislação fiscal brasileira tem se tornado uma barreira para a governança corporativa e a uniformidade contábil. |
| Graciliano <i>et al.</i> (2009) | Verificar através da análise das demonstrações financeiras dos anos de 2007 e 2008 de duas companhias brasileiras os impactos causados pelas divergências na evidenciação das operações de <i>leasing</i> financeiro encontradas na legislação fiscal e nas normas contábeis. | Os autores concluíram que há divergência na contabilização do arrendamento mercantil pelas empresas, sendo que cada uma faz o registro de acordo com uma legislação/norma diferente, o que distorce as informações e impossibilita comparações patrimoniais. Os autores concluem ainda que, devido ao fato de existirem legislações e normas com informações divergentes, o processo de padronização contábil necessita de mais ação por parte dos governantes e das companhias de <i>leasing</i> . |

Fonte: Elaboração própria.

Continua

Quadro 1 - Pesquisas correlatas sobre arrendamento mercantil em empresas listadas na BM&FBOVESPA
(continuação)

| Autores | Objetivo e período analisado | Resultados |
|-------------------------------------|---|--|
| Martins, Vasconcelos e Souza (2009) | Verificar o nível de evidenciação das operações de <i>leasing</i> das companhias de arrendamento mercantil listadas na BM&FBOVESPA, através da análise das suas demonstrações contábeis do exercício social de 2006 . | Os autores concluíram que há uma discrepância entre uma companhia e outra, pois algumas empresas evidenciam as informações referentes ao arrendamento mercantil de forma discriminada e clara enquanto que outras não. |
| Pereira <i>et al.</i> (2010) | Verificar se os ajustes extra contábeis realizados por empresas que prestam serviço de arrendamento mercantil são relevantes em comparação ao seu imobilizado, patrimônio líquido e lucro líquido. Foram analisadas as demonstrações contábeis dos anos de 2004 à 2008. | Os autores concluíram que houve impacto nas demonstrações das companhias devido aos ajustes extra contábeis e que houve influência no valor do ativo, no valor do lucro líquido e, consequentemente no valor do patrimônio líquido. |
| Gallon <i>et al.</i> (2012) | Analisar a publicação das operações de arrendamento mercantil do ano de 2009 de companhias aéreas brasileiras listadas na Bovespa e verificar se houveram consequências nos indicadores econômico-financeiros ao aderir as novas práticas de contabilização e divulgação do <i>leasing</i> . | Os autores concluíram que com a adesão do CPC 06, os indicadores econômico-financeiros das companhias aéreas brasileiras ficaram mais próximos da realidade e também concluíram que essas companhias demonstraram um bom grau de evidenciação quanto às exigências impostas pelo CPC 06. |
| Kruger e Borba (2012) | Verificar, através das notas explicativas do ano de 2009, se as companhias relacionadas ao segmento Novo Mercado, listadas na BM&FBOVESPA divulgaram as operações de arrendamento mercantil de acordo com o que é doutrinado pelo CPC 06. | Os autores constataram que dentre as 42 empresas estudadas, apenas uma atendeu a todos os itens listados no " <i>checklist</i> " elaborado pelos autores, ou seja, apenas uma companhia está efetuando o registro das operações de <i>leasing</i> de acordo com o CPC 06. |
| Beuren <i>et al.</i> (2014) | Determinar o grau de evidenciação das operações de <i>leasing</i> financeiro das companhias relacionadas ao segmento Novo Mercado, listadas na BM&FBOVESPA, analisando as notas explicativas dos anos de 2010 e 2011 e verificando se estão de acordo com o que é determinado pelo CPC 06 (R1). | Os autores verificaram um baixo grau de evidenciação das operações de <i>leasing</i> financeiro e constatou-se que a maioria das empresas analisadas não destaca nenhuma informação determinada pelo CPC 06 (R1). |

Fonte: Elaboração própria.

No Quadro 1 é possível verificar que as pesquisas constataram deficiência na divulgação das informações relativas as operações de arrendamento mercantil, principalmente no que diz respeito ao que é doutrinado pelo CPC 06 (R1).

A partir dos estudos anteriores, é possível verificar que muitas companhias, principalmente as listadas na BM&FBOVESPA, não realizam a evidenciação correta das operações de arrendamento mercantil, o que acaba gerando divergência da real situação financeira da companhia. Outro ponto possível de se observar é a questão da legislação fiscal com relação às normas contábeis, principalmente em relação ao CPC 06 e o CPC 06 (R1), os estudos realizados pelos autores apontaram discordâncias entre leis e normas contábeis.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo destina-se a apresentar os procedimentos e técnicas de construção da pesquisa, utilizados no desenvolvimento deste estudo. Segundo Gil (2002), nesta seção é necessário demonstrar alguns aspectos importantes como: tipo de pesquisa, população e amostra, coleta de dados e análise dos dados. Esses aspectos serão apresentados a seguir.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Segundo Beuren *et al.* (2009) a classificação da pesquisa pode conter categorias diferentes, como por exemplo, quanto aos procedimentos, quanto aos objetivos e quanto à abordagem do problema. Ainda segundo os autores, a definição da classificação deve estar em conformidade com o problema de pesquisa, entretanto o que vai definir em qual categoria o estudo irá se enquadrar são os objetivos determinados no trabalho.

No que tange aos objetivos, esta pesquisa é considerada descritiva, pois para atingir o objetivo geral de identificar características relacionadas ao nível de evidenciação do arrendamento mercantil nas companhias de capital aberto brasileiras, é preciso descrever a situação identificada nas companhias listadas na BM&FBOVESPA, no que se refere ao nível de evidenciação do arrendamento mercantil. Segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como característica principal a coleta de dados e objetiva a apresentação dos aspectos de certo fenômeno ou população, estabelecendo relações entre variáveis.

Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa se enquadra em qualitativa. De acordo com Gil (2009), a pesquisa qualitativa é um processo onde há um fluxo de atividades, que compreendem a redução e categorização dos dados, sua interpretação e formulação de um relatório. A análise qualitativa deve obedecer muitos elementos, tais como: a extensão da amostra, a natureza dos dados coletados, os pressupostos teóricos que conduziram a investigação e os instrumentos de pesquisa.

No que diz respeito à obtenção dos dados, esta pesquisa é considerada documental, pois a coleta dos dados foi realizada a partir das notas explicativas das companhias componentes da amostra. Segundo Gil (2009), a pesquisa documental é baseada em dados que podem ser reproduzidos segundo o que cada pesquisa necessita, ou ainda podem se basear em dados que ainda não foram analisados profundamente.

3.2 TÉCNICAS E INSTRUMENTO DE PESQUISA

No intuito de verificar o nível de evidenciação das operações de arrendamento mercantil das empresas de capital aberto brasileiras listadas na BM&FBOVESPA, foram elaboradas listas de verificação para cada modalidade de arrendamento. No Quadro 2 estão demonstradas as exigências de divulgação relativas as operações de arrendamento mercantil financeiro.

Quadro 2 - Lista de verificação para arrendamento mercantil financeiro

| Itens | Itens da lista de verificação |
|-------|--|
| 1 | Divulgação, ao final do período, do valor líquido para cada categoria do ativo. |
| 2 | Conciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos do arrendamento mercantil ao final do período e o seu valor presente. |
| 3 | Divulgação do total dos futuros pagamentos mínimos do arrendamento mercantil ao final do período e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos: |
| | até um ano; |
| | mais de um ano e até cinco anos; |
| | mais de cinco anos. |
| 4 | Reconhecimento dos pagamentos contingentes como despesa durante o período. |
| 5 | Divulgação do valor, no final do período, referente ao total dos futuros pagamentos mínimos de subarrendamento mercantil que se espera que sejam recebidos nos subarrendamentos mercantis não canceláveis. |
| 6 | Descrição geral dos acordos materiais de arrendamento mercantil do arrendatário, incluindo: |
| | base pela qual é determinado o pagamento contingente a efetuar; |
| | existência e condições de opções de renovação ou de compra e cláusulas de reajustamento; |
| | restrições impostas por acordos de arrendamento mercantil, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional e posterior arrendamento mercantil. |

Fonte: CPC 06 (R1, 2010)

O Quadro 2 se refere à lista de verificação para operações de arrendamento mercantil financeiro e foi dividido em 6 itens, conforme CPC 06 (R1), sendo que os itens 3 e 6 foram subdivididos a fim de demonstrar em detalhe o real nível de evidenciação das companhias.

A seguir é apresentado o Quadro 3, que trata da lista de verificação para as operações de arrendamento mercantil operacional.

Quadro 3 - Lista de verificação para arrendamento mercantil operacional

| Itens | Itens da lista de verificação |
|-------|---|
| 1 | Divulgação do total dos futuros pagamentos mínimos do arrendamento mercantil não cancelável para cada um dos seguintes períodos: |
| | até um ano; |
| | mais de um ano e até cinco anos; |
| | mais de cinco anos. |
| 2 | Divulgação do total dos futuros pagamentos mínimos de subarrendamento mercantil que se espera que sejam recebidos nos subarrendamentos mercantis não canceláveis ao final do período. |
| 3 | Divulgação dos pagamentos de arrendamento mercantil e de subarrendamento mercantil reconhecidos como despesa do período, com valores separados para: |
| | pagamentos mínimos de arrendamento mercantil; |
| | pagamentos contingentes; |
| | pagamentos de subarrendamento mercantil. |
| 4 | Descrição geral dos acordos de arrendamento mercantil significativos do arrendatário, incluindo: |
| | base pela qual é determinado o pagamento contingente; |
| | existência e termos de renovação ou de opções de compra e cláusulas de reajustamento; |
| | restrições impostas por acordos de arrendamento mercantil, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional e posterior arrendamento mercantil. |

Fonte: CPC 06 (R1, 2010)

O Quadro 3 foi dividido em 4 itens, conforme CPC 06 (R1), sendo que os itens 1, 3 e 4 foram subdivididos, também com a finalidade de demonstrar em detalhe o real nível de evidenciação das companhias.

As listas de verificação foram elaboradas conforme o pronunciamento contábil CPC 06 (R1, 2010) e foram separadas em arrendamento mercantil financeiro e operacional para uma melhor compreensão do que realmente está sendo divulgado pelas companhias e se há esse cuidado na classificação do arrendamento mercantil.

3.3 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Os procedimentos de pesquisa são processos que o pesquisador deve adotar para conduzir, de forma coerente e organizada, o procedimento de coleta, observação e compreensão dos dados (BEUREN *et al.*, 2009). Nesta concepção, para esta pesquisa, o nível

de evidenciação será medido por meio de um índice de evidenciação mensurado a partir das listas de verificação elaboradas com base no CPC 06 (R1).

Para cálculo do índice atribuiu-se 1 (um) nos casos em que verificou-se a evidenciação do item nas notas explicativas da respectiva empresa. Atribuiu-se 0 (zero) nos casos em que a empresa estaria obrigada a divulgar, porém não evidenciou o respectivo item em suas notas explicativas. E atribuiu-se Não se Aplica (NA) nos casos em que determinado item da lista não se aplicou para divulgação na respectiva companhia.

Seguindo a metodologia definida nesta pesquisa, o índice de evidenciação de cada empresa da amostra foi calculado por meio da seguinte fórmula:

$$\text{Índice de Evidenciação} = \frac{\text{Total itens divulgados pela companhia}}{\text{Total itens da lista} - \text{NA}}$$

O índice de evidenciação foi calculado através da divisão do total de itens divulgados pela companhia, pelo total de itens da lista de verificação menos os casos em que não se aplica determinado item e respectiva companhia.

3.3.1 Características analisadas na pesquisa

Para atingir o objetivo geral desta pesquisa, verificou-se também algumas características das companhias como: i) classificação setorial, ii) emissão de *American Depositary Receipt* (ADR's) na *New York Stock Exchange* (NYSE), iii) nível de governança corporativa, iv) rentabilidade do ativo, e v) endividamento total.

3.3.1.1 Classificação setorial

Realizou-se uma análise por setor visando identificar se algum se destaca em relação à evidenciação realizada. As informações referentes ao setor de classificação foram coletadas no *site* da BM&FBOVESPA.

3.3.1.2 Negociação de ADRs na Bolsa de Valores de Nova Iorque

Os ADRs são recibos de ações de companhias localizadas fora dos Estados Unidos, estas que por sua vez utilizam esses recibos como substituto parcial da precária legislação em seus países e também para contribuir na geração de mais capital através de financiamento externo (MENDONÇA *et al.* 2010).

As empresas brasileiras que emitem ADRs podem ser classificadas em diferentes níveis, quando enquadradas no nível I, não há a obrigação da publicação de suas demonstrações contábeis no exterior, pois trata-se do mercado de balcão estadunidense. Para as companhias classificadas nos níveis II e III, é obrigatória a divulgação das demonstrações contábeis mediante as determinações da CVM no Brasil e da *Securities and Exchange Commission* (SEC) nos Estados Unidos. Para os níveis II e III a negociação é realizada em bolsa de valores (SOUZA *et al.*, 2015).

Nessa concepção, as ADRs são recibos emitidos por empresas que, basicamente, negociam ações na bolsa de valores nos Estados Unidos. Para a presente pesquisa, foram obtidos os dados no *site* da New York Stock Exchange (NYSE), das companhias brasileiras listadas na NYSE nos níveis II e III.

3.3.1.3 Governança corporativa

Governança corporativa tem o objetivo da maximização do valor dos ativos das empresas, originando transparência, direitos para os acionistas, prestação de contas e igualdade de tratamento com os acionistas. Esses fatores se dão através de boas práticas entre as partes interessadas, sejam elas internas ou externas (RAMOS; MARTINEZ, 2006).

Segundo os autores Gonçalves *et al.* (2008) a potencialização da riqueza de uma empresa e de seus acionistas está ligada à prática dos princípios de governança corporativa, tais como prestação de contas, evidenciação e respeito às leis. A prática desses princípios também demonstra credibilidade para o mercado financeiro.

Em dezembro de 2002, a Bolsa de Valores de São Paulo constituiu os Níveis Diferenciados de Governança Corporativa e o Novo Mercado. A ideia inicial para a elaboração desses níveis é que as companhias que adotassem as práticas de governança corporativa aumentariam a confiança dos investidores e a qualidade de informação e isso geraria uma procura maior por parte dos investidores (GONÇALVES *et al.*, 2008).

No Novo Mercado, as empresas se comprometem a disponibilizar informações que auxiliam a fiscalização e acompanhamento das ações da administração e dos controladores da empresa, bem como aderem às regras societárias que equilibram da melhor maneira os direitos dos acionistas. As empresas classificadas no Novo Mercado só poderão emitir ações ordinárias (BESARRIA *et al.* 2014).

Ainda segundo os autores Besarria *et al.* (2014), as empresas do Nível 1 tem apenas como obrigação, fornecer aos investidores informações que os ajudem a avaliar o real valor da empresa. Quanto ao Nível 2, as empresas que se classificam nesse nível se assemelham com as que se classificam no Novo Mercado, entretanto a principal diferença entre os dois níveis é que as companhias do Nível 2 possuem ações preferenciais.

Para o presente estudo, analisou-se a adoção dos níveis diferenciados de governança corporativa em relação ao nível médio de evidenciação verificado na respectiva amostra. As informações relativas ao nível de governança foram obtidas no *site* da BM&FBOVESPA.

3.3.1.4 Rentabilidade do ativo

A rentabilidade do ativo expressa o quanto a empresa auferiu de lucro líquido em relação ao seu ativo. O cálculo deste índice é realizado através da divisão do lucro líquido pelo ativo total e o resultado é multiplicado por cem (TODESCHINI; MELLO, 2013).

Nessa mesma concepção, os autores Braga *et al.* (2011) afirmam que a rentabilidade do ativo demonstra a lucratividade do ativo total de uma empresa. Para que a atividade da empresa agregue valor aos recursos investidos é necessário que a taxa de rentabilidade do ativo calculada seja maior que o percentual desembolsado na origem da compra dos bens.

Para a presente pesquisa, os valores referentes à rentabilidade do ativo das companhias constantes na amostra, foram coletados na base de dados Economática®.

3.3.1.5 Endividamento total

Segundo o autor Sant'Ana (2001), o índice de endividamento está diretamente relacionado à proporção na qual uma determinada empresa emprega os recursos de terceiros ou alavancagem à sua atividade.

Observa-se que através do endividamento as empresas custeiam suas atividades baseando-se em recursos de terceiros, ao invés de seus próprios recursos (ROSS; WESTERFIELD; JORDAN, 1998).

O endividamento total é calculado através do passivo total (capital de terceiros) dividido pelo ativo total, o resultado obtido é multiplicado por cem. O valor calculado do índice expressa a proporção de recursos de capitais de terceiros que financia o ativo da empresa (SCARPIN; MACOHON; DALLABONA, 2014).

Conforme o autor Sant'Ana (2001), quanto maior o índice de endividamento, maior será o risco de não poder honrar com os compromissos contraídos com os credores e também maior será o risco de falência.

Para a presente pesquisa, os valores referentes ao endividamento total das empresas constantes na amostra, foram coletados na base de dados Economática®.

3.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA

Para levantar a amostra de estudo na presente pesquisa, primeiramente foi preciso verificar todas as companhias brasileiras de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA e foi identificado um total de 506 companhias até a data de 16/02/2016. Do total de companhias listadas, foram desconsideradas as instituições financeiras, pelo fato das mesmas possuírem normatização específica, restando então um total de 372 companhias.

Foram analisadas as notas explicativas relativas ao ano de 2014 dessas 372 companhias e verificou-se que apenas 175 possuíam operações de arrendamento mercantil em suas demonstrações contábeis. Dessa maneira, essas 175 companhias compuseram a amostra objeto de estudo na presente pesquisa, conforme demonstradas no Apêndice A deste trabalho.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo estão apresentados os resultados da pesquisa. Para análise dos resultados, verificou-se a necessidade de segregar as companhias pelo tipo de arrendamento que possuem. Esse procedimento foi indispensável para a realização de comparações e assim poder se chegar a uma análise mais próxima da situação dos níveis de evidenciação das companhias que compõem a amostra.

4.1 TIPOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A amostra analisada é composta por companhias que possuem apenas arrendamento mercantil financeiro, companhias que possuem apenas arrendamento mercantil operacional e ainda companhias que possuem os dois tipos de arrendamento mercantil.

A Tabela 1 demonstra a quantidade total de companhias que compõem a amostra e também demonstra a quantidade de companhias que possuem cada tipo de arrendamento mercantil, bem como as que possuem, mas que não informam o tipo de arrendamento.

Tabela 1: Tipos de arrendamento da amostra analisada

| Tipo de Arrendamento | Quantidade | % |
|---------------------------------------|-------------------|------------|
| Apenas Arrendamento Financeiro | 67 | 38,29 |
| Apenas Arrendamento Operacional | 48 | 27,43 |
| Arrendamento Financeiro e Operacional | 46 | 26,29 |
| Não informaram o tipo de Arrendamento | 14 | 8,00 |
| Total | 175 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se que do total de 175 companhias, 38,29% apresentaram apenas o arrendamento mercantil financeiro, 27,43% apresentaram apenas o arrendamento mercantil operacional, 26,29% apresentaram os dois tipos de arrendamento mercantil e 8% das companhias analisadas apresentaram valores para operações de arrendamento mercantil, mas não divulgaram nenhuma informação a respeito, não sendo possível identificar o tipo de arrendamento mercantil.

4.2 ANÁLISE DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DAS COMPANHIAS QUE POSSUEM APENAS ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

A Tabela 2 demonstra a média do nível de evidenciação em relação à classificação setorial das companhias que possuem apenas arrendamento mercantil financeiro (AMF).

Tabela 2: Classificação setorial X nível de evidenciação do AMF

| Classificação setorial | Média Nível Evidenciação |
|-------------------------------|---------------------------------|
| Bens Industriais | 34% |
| Construção e Transporte | 48% |
| Consumo Cíclico | 46% |
| Consumo não Cíclico | 36% |
| Locação de Veículos | 80% |
| Materiais Básicos | 39% |
| Tecnologia da Informação | 36% |
| Telecomunicações | 70% |
| Utilidade Pública | 68% |

Fonte: Dados da pesquisa.

A classificação setorial que se destacou com uma média de evidenciação de 80% foi a Locação de Veículos e as que tiveram menor média foram as Bens Industriais com 34% e Consumo não Cíclico e Tecnologia da Informação com 36% cada.

A Tabela 3 apresenta as médias do nível de evidenciação das companhias que possuem apenas arrendamento mercantil financeiro e que negociam ADRs na NYSE e as que não negociam.

Tabela 3: Negociação de ADRs na NYSE X nível de evidenciação do AMF

| Negociação de ADRs na NYSE | Média Nível Evidenciação |
|-----------------------------------|---------------------------------|
| Sim | 80% |
| Não | 46% |

Fonte: Dados da pesquisa.

É possível observar que a média do nível de evidenciação das companhias que negociam ADRs na NYSE é quase o dobro da média das que não negociam. Esse resultado talvez tenha relação com o fato de, para negociar ADRs na NYSE é obrigatória a divulgação das demonstrações contábeis mediante as determinações da SEC nos Estados Unidos, o que

faz com que essas companhias estejam expostas a normas mais rígidas, apresentando assim maior transparência em sua evidenciação.

A Tabela 4 demonstra a média do nível de evidenciação das companhias que possuem apenas arrendamento mercantil financeiro e são classificadas nos diferentes níveis de governança corporativa existentes na BM&FBOVESPA, e as que são classificadas no segmento tradicional.

Tabela 4: Nível de governança corporativa X nível de evidenciação do AMF

| Nível de Governança Corporativa | Média Nível Evidenciação |
|--|---------------------------------|
| Nível 1 | 31% |
| Nível 2 | 67% |
| Novo Mercado | 56% |
| Tradicional | 46% |

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se que as maiores médias encontradas foram nas companhias classificadas no nível 2 e no Novo Mercado, o que corrobora o que foi visto na seção 3.3.1.3 desta pesquisa, que explicou que as empresas classificadas nesses níveis se comprometem a disponibilizar informações que auxiliam a fiscalização e acompanhamento das ações da administração e dos controladores da empresa, bem como aderem às regras societárias que equilibram da melhor maneira os direitos dos acionistas, sendo então de suma importância uma evidenciação correta e clara das informações contábeis.

Na Tabela 5 é apresentada a média do nível de evidenciação com relação à rentabilidade das companhias que possuem apenas arrendamento mercantil financeiro e foi dividida em companhias que apresentaram rentabilidade negativa, companhias com rentabilidade de zero a 5% e companhias com rentabilidade acima de 5,01%.

Tabela 5: Rentabilidade X nível de evidenciação do AMF

| Rentabilidade | Média Nível Evidenciação |
|----------------------|---------------------------------|
| Negativa | 38% |
| De 0 a 5% | 51% |
| Acima de 5,01% | 51% |

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que as maiores médias foram encontradas nas companhias que apresentaram rentabilidade positiva, com 51%, entretanto este valor não ficou tão alto em

relação à média das companhias que apresentaram rentabilidade negativa, a diferença foi de 13%. Nessa percepção, não identificou-se uma diferença significativa entre a média de nível de evidenciação do AMF e a característica rentabilidade.

A Tabela 6 demonstra a média do nível de evidenciação com relação ao endividamento das companhias que possuem apenas arrendamento mercantil financeiro e foi dividido em companhias que apresentaram endividamento entre 0 e 50% e companhias com endividamento acima de 50,01%.

Tabela 6: Endividamento X nível de evidenciação do AMF

| Endividamento | Média Nível Evidenciação |
|----------------------|---------------------------------|
| Entre 0 e 50% | 41% |
| Acima de 50,01% | 50% |

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se que as companhias que apresentaram endividamento acima de 50,01% tiveram uma média do nível de evidenciação de 50%, sendo superior em relação às companhias com endividamento entre 0% e 50%, que apresentaram uma média de 41%. Não verificou-se diferença significativa entre as companhias, entretanto ressalta-se que as companhias com maior grau de endividamento estão praticando, em média, um maior nível de evidenciação do AMF, sendo este um fator positivo, pois este impacta diretamente sobre o endividamento.

4.3 ANÁLISE DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DAS COMPANHIAS QUE POSSUEM APENAS ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL

Na Tabela 7 é apresentada a média do nível de evidenciação em relação à classificação setorial das companhias que possuem apenas arrendamento mercantil operacional (AMO).

Tabela 7: Classificação setorial X nível de evidenciação do AMO

| Classificação setorial | Média Nível Evidenciação |
|--------------------------------|---------------------------------|
| Bens Industriais | 17% |
| Construção e Transporte | 51% |
| Consumo Cíclico | 60% |
| Consumo não Cíclico | 57% |
| Materiais Básicos | 33% |
| Petróleo, Gás e Biocombutíveis | 19% |
| Utilidade Pública | 27% |

Fonte: Dados da pesquisa.

É possível notar que o setor de Consumo Cíclico teve a maior média do nível de evidenciação, com 60%, em seguida, destaca-se o setor Consumo não Cíclico com 57%. Enquanto que a menor média foi verificada no setor Bens Industriais, com 17% e o setor de Petróleo, Gás e Biocombutíveis com 19%, médias estas relativamente baixas.

A Tabela 8 demonstra as companhias que negociam ADRs na NYSE e as que não negociam em relação às médias do nível de evidenciação.

Tabela 8: Negociação de ADRs na NYSE X nível de evidenciação do AMO

| Negociação de ADRs na NYSE | Média Nível Evidenciação |
|-----------------------------------|---------------------------------|
| Sim | 38% |
| Não | 41% |

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que a média do nível de evidenciação das companhias que negociam ADRs na NYSE é quase igual a média das companhias que não negociam. É possível verificar que ocorreu o contrário com relação às companhias que possuem apenas arrendamento mercantil financeiro, conforme visto anteriormente a média das que negociam ADRs havia sido praticamente o dobro das que não negociam, entretanto isso não ocorreu nas companhias que possuem apenas arrendamento mercantil operacional.

A esse respeito, vale mencionar que diferentemente do arrendamento mercantil financeiro, o arrendamento mercantil operacional é registrado pela arrendatária como despesa, possuindo assim tratamentos contábeis distintos. Esse fato pode ter relação com o comportamento das companhias no momento da evidenciação. Além disso, é importante ressaltar o fato que atualmente o IASB alterou o tratamento contábil do arrendamento mercantil determinando que todos devam ser registrados da maneira que hoje é registrado o

arrendamento financeiro, essa determinação passa a ser obrigatória pelo IASB a partir de 2019 e, dentre outras razões, ela visa dirimir diferenças como estas verificadas nesta pesquisa.

Na Tabela 9 são apresentadas as companhias que são classificadas nos diferentes níveis de governança corporativa encontrados na BM&FBOVESPA, e as que são classificadas como tradicional e apresenta para cada nível a média de evidenciação das companhias que possuem apenas arrendamento mercantil operacional.

Tabela 9: Nível de governança corporativa X nível de evidenciação do AMO

| Nível de Governança Corporativa | Média Nível Evidenciação |
|--|---------------------------------|
| Nível 1 | 31% |
| Nível 2 | 47% |
| Novo Mercado | 44% |
| Tradicional | 38% |

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se que não houve diferenças significativas entre as médias do nível de evidenciação para os níveis de governança corporativa. A maior média encontrada foi nas companhias classificadas no nível 2, com 47%, e a menor média foi das companhias classificadas no Nível 1, com 31%. Constatou-se então um baixo nível de evidenciação entre as companhias que possuem apenas o AMO.

A Tabela 10 demonstra a média do nível de evidenciação e a rentabilidade das companhias que possuem apenas arrendamento mercantil operacional. O índice foi dividido em negativo, de zero a 5% e acima de 5,01%.

Tabela 10: Rentabilidade X nível de evidenciação do AMO

| Rentabilidade | Média Nível Evidenciação |
|----------------------|---------------------------------|
| Negativa | 45% |
| De 0 a 5% | 38% |
| Acima de 5,01% | 38% |

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação à análise realizada pela rentabilidade das companhias, também se observou que não houve diferenças significativas, bem como não houve altos níveis de evidenciação. A maior média foi encontrada nas companhias que apresentaram rentabilidade negativa, com 45%, e as menores médias foram das companhias que apresentaram rentabilidade acima de zero, com 38%.

A Tabela 11 apresenta a média do nível de evidenciação com base no grau de endividamento das companhias que possuem apenas arrendamento mercantil operacional. O endividamento foi dividido em companhias que apresentaram endividamento entre 0 e 50%, e companhias com endividamento acima de 50,01%.

Tabela 11: Endividamento X nível de evidenciação do AMO

| Endividamento | Média Nível Evidenciação |
|----------------------|---------------------------------|
| Entre 0 e 50% | 40% |
| Acima de 50,01% | 40% |

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que as companhias que possuem AMO apresentaram, independentemente do grau de endividamento, uma média do nível de evidenciação igual, sendo 40% cada. Talvez um dos fatores que contribuiu para essa situação tenha sido o fato que para a evidenciação das operações de AMO, não há impacto no que diz respeito a este índice financeiro, pois o lançamento é realizado como despesa diretamente no resultado do exercício, não afetando o endividamento da companhia.

4.4 ANÁLISE DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DAS COMPANHIAS QUE POSSUEM ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO E OPERACIONAL

Na Tabela 12 é demonstrada a classificação setorial em relação à média do nível de evidenciação das companhias que possuem arrendamento mercantil financeiro e operacional.

Tabela 12: Classificação setorial X nível de evidenciação do AMF e AMO

| Classificação setorial | Média Nível Evidenciação |
|---------------------------------|---------------------------------|
| Administração e Participação | 75% |
| Bens Industriais | 53% |
| Construção e Transporte | 61% |
| Consumo Cíclico | 51% |
| Consumo não Cíclico | 53% |
| Locação de Veículos | 88% |
| Materiais Básicos | 58% |
| Petróleo, Gás e Biocombustíveis | 69% |
| Utilidade Pública | 24% |

Fonte: Dados da pesquisa.

A classificação setorial que se destacou com uma média de evidenciação de 88% foi a Locação de Veículos e a que teve menor média foi a Utilidade Pública com 24%, sendo este valor discrepante em relação às outras classificações que tiveram uma média acima de 51%.

Na Tabela 13 são apresentadas as médias do nível de evidenciação das companhias que possuem arrendamento mercantil financeiro e operacional e que negociam ADRs na NYSE e as que não negociam.

Tabela 13: Negociação de ADRs na NYSE X nível de evidenciação do AMF e AMO

| Negociação de ADRs na NYSE | Média Nível Evidenciação |
|-----------------------------------|---------------------------------|
| Sim | 71% |
| Não | 51% |

Fonte: Dados da pesquisa.

É possível observar que a média do nível de evidenciação das companhias que negociam ADRs na NYSE é maior que a média das que não negociam, sendo 20% a diferença de uma para outra. Verifica-se que há um bom nível de evidenciação por parte das companhias que negociam ADRs na NYSE, 71%.

Apresenta-se na Tabela 14 a média do nível de evidenciação das companhias que possuem arrendamento mercantil financeiro e operacional com base na classificação dessas companhias nos diferentes níveis de governança corporativa existentes e as que participam do segmento tradicional..

Tabela 14: Nível de governança corporativa X nível de evidenciação do AMF e AMO

| Nível de Governança Corporativa | Média Nível Evidenciação |
|--|---------------------------------|
| Nível 1 | 66% |
| Nível 2 | 59% |
| Novo Mercado | 48% |
| Tradicional | 57% |

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se que não houve diferenças significativas entre as médias do nível de evidenciação para os níveis de governança corporativa. A maior média encontrada foi nas companhias classificadas no nível 1, com 66%, e a menor média foi das companhias classificadas no Novo Mercado, com 48%. Este resultado é contrário ao que foi citado anteriormente, com base nos autores Besarria *et al.* (2014), pois as companhias classificadas no nível de governança corporativa Novo Mercado se comprometem a auxiliarem a

fiscalização e a acompanharem as ações da administração e dos controladores da empresa e, portanto deveriam apresentar maiores níveis de evidenciação.

A Tabela 15 demonstra a média do nível de evidenciação com base na rentabilidade das companhias que possuem arrendamento mercantil financeiro e operacional. A característica rentabilidade foi dividida em negativa, de zero a 5% e acima de 5,01%.

Tabela 15: Rentabilidade X nível de evidenciação do AMF e AMO

| Rentabilidade | Média Nível Evidenciação |
|----------------------|---------------------------------|
| Negativa | 64% |
| De 0 a 5% | 53% |
| Acima de 5,01% | 46% |

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se, com relação à análise realizada pela rentabilidade das companhias, que não houve diferenças significativas. A maior média foi encontrada nas companhias que apresentaram rentabilidade negativa, com 64%, e a menor médias foi das companhias que apresentaram rentabilidade acima de 5,01%, com 46%.

A Tabela 16 apresenta a média do nível de evidenciação com relação ao endividamento das companhias que possuem arrendamento mercantil financeiro e operacional e foi dividido em companhias que apresentaram endividamento entre 0 e 50% e companhias com endividamento acima de 50,01%.

Tabela 16: Endividamento X nível de evidenciação do AMF e AMO

| Endividamento | Média Nível Evidenciação |
|----------------------|---------------------------------|
| Entre 0 e 50% | 53% |
| Acima de 50,01% | 54% |

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se na Tabela 16 que não houve diferença significativa entre as companhias que apresentaram endividamento entre 0 e 50% e companhias com grau de endividamento acima de 50,01%, sendo a diferença de apenas 1%.

Ressalta-se que na amostra foram identificadas 14 companhias que informaram apenas o valor do arrendamento mercantil, mas não divulgaram nenhuma informação a respeito. Dessa maneira, nestas companhias não foi possível identificar o tipo de arrendamento mercantil, bem como não foi possível calcular o índice de evidenciação, visto que não existe

possibilidade de saber a lista de verificação aplicável a estas companhias. As companhias nesta situação são: Alupar Investimento S/A, Cia Melhoramentos de São Paulo, Ferrovia Centro-Atlântica S.A., JHSF Participações S.A., Log-In Logística Intermodal S.A., MMX Mineração e Metálicos S.A., Pomifrutas S/A, Prumo Logística S.A., QGEP Participações S.A., Tecnisa S.A., Termelétrica Pernambuco III S.A., Vigor Alimentos S.A., Viver Incorporadora e Construtora S.A. e Wetzell S.A.

5 CONCLUSÕES DA PESQUISA

Neste capítulo estão apresentadas as conclusões da pesquisa com base na análise dos resultados. Para isto, o capítulo foi dividido em conclusões quanto aos objetivos, conclusões quanto aos resultados e sugestões para futuras pesquisas.

5.1 CONCLUSÕES QUANTO AOS OBJETIVOS

Em relação ao objetivo específico número 1, que consistiu em elaborar uma lista de verificação com base no pronunciamento contábil CPC06 (R1), considera-se atingido visto que foram elaboradas duas listas de verificação que permitiram a análise do nível de evidenciação realizado pelas companhias, bem como possibilitou analisar a evidenciação conforme o tipo de arrendamento realizado pelas companhias.

No que tange ao segundo objetivo específico, que foi mensurar o nível de evidenciação das operações de arrendamento mercantil nas companhias de capital aberto brasileiras, também foi atingido, considerando que foi calculado um índice de evidenciação para todas as companhias componentes da amostra de pesquisa, o que permitiu identificar que as companhias que possuem arrendamento mercantil financeiro (AMF) tiveram, em média, um maior nível de evidenciação se comparadas às companhias que possuem apenas arrendamento mercantil operacional (AMO).

No que compete ao terceiro objetivo específico, que consistiu em comparar o nível de evidenciação do arrendamento mercantil com as características de: i) classificação setorial, ii) emissão de *American Depositary Receipt* (ADR's) na *New York Stock Exchange* (NYSE), iii) nível de governança corporativa, iv) rentabilidade do ativo e v) endividamento total, também foi atingido.

Para as companhias que possuem apenas AMF, a Locação de Veículos foi a classificação setorial que se destacou quanto a média do nível de evidenciação. Quanto às companhias que negociam ADRs na NYSE, ressalta-se uma considerável média no nível de evidenciação em relação as que não negociam. As companhias identificadas no Nível 2 de governança corporativa se sobressaíram em relação as outras. Quanto à rentabilidade das companhias verificou-se uma igualdade na média no nível de evidenciação das que apresentaram rentabilidade de zero a 5% e as que apresentaram acima de 5,01%. Não houve

diferença significativa entre as companhias que demonstraram um grau de endividamento entre zero e 50% e as que demonstraram acima de 50,01%.

No que tange as companhias que possuem apenas AMO, verificou-se a classificação setorial Consumo Cíclico com maior média, enquanto que a menor média foi observada no setor Consumo não Cíclico. Referente à média no nível de evidenciação das companhias que negociam ADRs na NYSE, verificou-se uma baixa diferença entre as que negociam com as que não negociam, sendo esta a obter a maior média. Quanto a média do nível de evidenciação em relação ao nível de governança, observou-se que a maior média ficou com as companhias classificadas no nível 2. No quesito rentabilidade, houve igualdade na média do nível de evidenciação das companhias classificadas de zero a 5% com as classificadas acima de 5,01% e a maior média foi observada nas companhias classificadas com rentabilidade negativa. A média do nível de evidenciação com relação ao grau de endividamento se manteve igual para as companhias enquadradas entre zero e 50% e acima de 50,01%.

Com relação às companhias que possuem AMF e AMO, destacam-se as classificadas em Locação de Veículos com uma alta média do nível de evidenciação e a menor média ficou com as companhias classificadas em Utilidade Pública. Quanto às companhias que negociam ADRs na NYSE, verificou-se uma média do nível de evidenciação maior em relação as que não negociam. O nível 1 de governança corporativa ficou com a maior média em relação aos outros níveis. As companhias que apresentaram rentabilidade negativa demonstraram uma média do nível de evidenciação maior que as com rentabilidade positiva. Verificou-se uma diferença insignificante entre as companhias com grau de endividamento entre zero e 50% com as classificadas com grau acima de 50,01%, sendo esta última a com maior média do nível de evidenciação.

5.2 CONCLUSÕES QUANTO AOS RESULTADOS

Em relação aos resultados da pesquisa, é possível inferir que no caso das companhias que possuem apenas AMF e que negociam ADRs na NYSE, a média do nível de evidenciação foi alta e isto talvez tenha ocorrido devido às exigências impostas pela SEC nos Estados Unidos, onde a mesma determinou que, para negociarem ADRs na NYSE, é obrigatória a divulgação das demonstrações contábeis conforme determinações da SEC. Diante disto, as companhias passam a registrar suas operações de forma mais clara.

Ainda segundo as companhias que apresentam apenas AMF, é possível complementar quanto a média do nível de evidenciação das que se classificam no nível 2 de governança corporativa, no qual se observou a maior média. Verificou-se que para essas companhias se enquadrarem neste nível, elas se obrigam a conceder informações com o objetivo de acompanhar e fiscalizar os controladores e à administração da companhia e também devem adotar às normas societárias. Com base nisso, é necessários que as companhias se adequem e evidenciem de forma exata suas operações financeiras e contábeis.

Diante disto, verificou-se uma situação contrária na análise das companhias que possuem o arrendamento mercantil financeiro e o operacional, na qual a média do nível de evidenciação mais alta foi encontrada nas companhias classificadas no nível 1 de governança corporativa.

No que tange as companhias que possuem apenas AMO, verificou-se que a média do nível de evidenciação das companhias que negociam ADRs na NYSE foi menor em relação as que não negociam, este fato vai contra o que foi mencionado anteriormente a respeito das companhias que possuem apenas AMF. Vale ressaltar que o registro das operações de arrendamento mercantil operacional é realizado direto no resultado como despesa, pelas arrendatárias, o que difere das operações de arrendamento mercantil financeiro. Outro ponto que se destaca é o fato de que a partir de 2019, conforme alteração do IASB, não haverá mais distinção quanto ao procedimento contábil das operações de arrendamento mercantil, o que possivelmente irá extinguir discrepâncias quanto à evidenciação dessas operações.

Ainda no que diz respeito às companhias que possuem apenas arrendamento mercantil operacional, concluiu-se que não houve diferença entre as que apresentaram grau de endividamento entre zero e 50% e as que apresentaram acima de 50,01%. Acredita-se que isto possa ter ocorrido devido este indicador financeiro não sofrer qualquer tipo de impacto quando da contabilização do arrendamento mercantil operacional.

Concluiu-se que as companhias que possuem apenas o arrendamento mercantil financeiro, apresentaram uma melhor evidenciação em relação às companhias com apenas arrendamento mercantil operacional. Dentre as possíveis razões para este fato, vale ressaltar o fato de que o arrendamento mercantil financeiro é evidenciado no Balanço Patrimonial, diferentemente do arrendamento mercantil operacional que é reconhecido diretamente como despesa, conforme mencionado anteriormente. Neste caso, isso pode prejudicar a comparabilidade por parte dos usuários, visto que dependendo do tipo de arrendamento ele pode ou não constar no Balanço Patrimonial.

5.3 SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Com base no trabalho realizado, é possível verificar que quanto às operações de arrendamento mercantil há muito que ainda ser explorado, sendo assim observou-se alguns temas que podem ser sugeridos para pesquisas futuras, conforme segue:

- a) A realização de uma análise temporal envolvendo vários anos e inserindo mais características, com o apoio de ferramental estatístico para as análises.
- b) Uma análise mais aprofundada por setor, tendo foco aprofundado em apenas um setor específico.
- c) Considerando os resultados referentes as companhias brasileiras que negociam ADRs nos Estados Unidos, sugere-se um estudo comparativo entre o nível de evidenciação realizado nas demonstrações contábeis publicadas no Brasil (CVM) e nos Estados Unidos (SEC).

REFERÊNCIAS

- ALEGRETTI, L. Senado aprova cobrança de ICMS sobre leasing de bem importado. **G1**, 30 set. 2015. Economia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/09/senado-cobranca-de-icms-sobre-leasing-de-bem-importado.html>>. Acesso em: 28 fev. 2016.
- ALERIGI JUNIOR, A. MAN lança programa de leasing operacional de caminhões no Brasil. **R7 Notícias**, 16 set. 2015. Economia. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/economia/man-lanca-programa-de-leasing-operacional-de-caminhoes-no-brasil-16092015>>. Acesso em: 28 fev. 2016.
- BARBOSA, G. C.; BARROS, F. O.; NIYAMA, J. K.; SOUZA, L. M. Impacto da contabilização do *leasing* operacional no balanço patrimonial: o caso das Cias. aéreas brasileiras TAM e GOL. **Revista Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá-PR, v. 30, n. 1, p. 21-34, jan./abr., 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/13178/7624>>. Acesso em: 16 mar. 2016.
- BATISTA, E. B. O.; FORMIGONI, H. Arrendamento mercantil operacional: as mudanças propostas pelos organismos internacionais e seus efeitos nas empresas brasileiras. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa-PB, v. 1, n. 2, p. 22-37, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin/article/view/16900>>. Acesso em: 10 mar. 2016.
- BESARRIA, C. N.; PAULA, A. A.; ARAÚJO, B. S.; ALVES, J. N.; ALMEIDA, F. F.; MONTEIRO, V. S. A qualidade das informações prestadas pelas empresas reduz os riscos de investimento? Uma análise empírica para os diferentes níveis de governança corporativa das empresas brasileiras. **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba-SC, v. 14, n. 1, p. 11-38, jan./abr., 2015. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/view/5915/3719>>. Acesso em: 10 mai. 2016.
- BEUREN, I. M.; KAVESKI, I. D. S.; POLITELO, L.; GODOY, N. N. Evidenciação do arrendamento mercantil financeiro das empresas listadas no novo mercado da BM&FBOVESPA. **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul-SP, v. 30, n. 88, jan./abr., 2014. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/1848/1517>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- BRAGA, J. P.; ARAUJO, M. B. V.; MACEDO, M. A. S.; CORRAR, L. J. Análise do impacto das mudanças nas Normas Contábeis Brasileiras: um estudo comparativo dos indicadores econômico-financeiros de companhias brasileiras para o ano de 2007. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis-SC, v. 8, n. 15, p. 105-128, jan./jun., 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2011v8n15p105/20026>>. Acesso em: 11 mai. 2016.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Resolução nº 2.309, de 28 de agosto de 1996. Disciplina e consolida as normas relativas às operações de arrendamento mercantil. Brasília-DF, 28 ago. 1996. Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=1996&numero=2309>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

_____. Poder Executivo Federal. Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974. In: Casa Civil. Palácio do Planalto, 1974. Dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil e dá outras providências. Brasília-DF, 12 set. 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6099.htm>. Acesso em: 02 mar. 2016.

_____. Poder Executivo Federal. Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. In: Casa Civil. Palácio do Planalto, 2014. Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins; revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; altera o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977 e as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 4.506, de 30 de novembro de 1964, 7.689, de 15 de dezembro de 1988, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 9.656, de 3 de junho de 1998, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.893, de 13 de julho de 2004, 11.312, de 27 de junho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 12.249, de 11 de junho de 2010, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.716, de 21 de setembro de 2012, e 12.844, de 19 de julho de 2013; e dá outras providências. Brasília-DF, 13 mai. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L12973.htm>. Acesso em: 09 mai. 2016.

COELHO, A. C.; CRUZ, S. I. F.; HOLANDA, A. P. Reconhecimento de leasing financeiro em arrendadoras brasileiras: diferenças dos padrões contábeis BACEN e CPC 06. **Revista contabilidade, gestão e governança**, Brasília-DF, v. 18, n. 2, p. 101-118, mai./ago., 2015. Disponível em: <<https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/833/pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Conheça o CPC. [2005?]. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>>. Acesso em: 08 de jan. de 2016.

_____. Pronunciamento Técnico CPC 00 R1, de 15 de dezembro de 2011. Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>. Acesso em: 16 de mar. 2016.

_____. Pronunciamento Técnico CPC 06 R1, de 05 de novembro de 2010. Operações de Arrendamento Mercantil. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC>>. Acesso em: 08 de jan. de 2016.

ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GALLON, A. V.; CRIPPA, M.; GOIS, A. F.; DE LUCA, M. M. M. As mudanças no tratamento contábil do leasing e seus reflexos nos indicadores econômico-financeiros das companhias aéreas brasileiras. **Revista de Finanças Aplicadas**, São Paulo-SP, v. 1, 2012. Disponível em: <http://www.financasaplicadas.net/ojs/index.php/financasaplicadas/article/view/79/pdf_4>. Acesso em: 20 mar. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, R. S.; WEFFORT, E. F. J.; PELEIAS, I. R.; GONÇALVES, A. O. Social Disclosure das empresas brasileiras listadas na NYSE e na BOVESPA: sua relação com os níveis de governança corporativa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis-SC, v. 5, n. 9, p. 71-94, jan./jun., 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2008v5n9p71/11077>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

GRACILIANO, E. A.; SANTANA, E. C.; NUNES, A. P.; SZUSTER, N. Contabilização do leasing em empresas arrendadoras: divergências na legislação brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., 2009, Fortaleza, CE. **Anais ...** Rio Grande do Sul: Associação Brasileira de Custos, 2009. Disponível em: <<http://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1146/1146>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDAS, M. F. V. **Teoria da contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

IFRS BRASIL. **Os principais pontos da IFRS 16 – leases (parte I)**. Blog IFRSBRASIL. Ativo. 2016. Disponível em: <<http://ifrsbrasil.com/ativos/os-principais-pontos-da-ifrs-16-leases-parte-i>>. Acesso em: 28 fev. de 2016.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KRUGER, L. M.; BORBA, J. A. Evidenciação do arrendamento mercantil financeiro nas empresas listadas no novo mercado da BM&FBOVESPA. **Revista de Finanças Aplicadas**, São Paulo-SP, v. 1, 2012. Disponível em: <http://www.financasaplicadas.net/ojs/index.php/financasaplicadas/article/view/66/pdf_8>. Acesso em: 05 mar. 2016.

LONGARAY, A. A.; RAUPP, F. M.; SOUSA, M. A. B.; COLAUTO, R. D.; PORTON, R. A. B.; BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARQUES, R. R. O leasing financeiro na arrendatária e o reflexo na análise das demonstrações contábeis. **Revista contabilidade, gestão e governança**, Brasília-DF, v. 2, n. 1, p. 75-101, 1999. Disponível em: <http://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/113/pdf_17>. Acesso em: 05 mar. 2016.

MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S. **Manual de contabilidade societária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS, O. S.; VASCONCELOS, A. F.; SOUZA, M. V. Análise do financial reporting das sociedades de arrendamento mercantil: um estudo com empresas listadas na Bovespa. **Qualitas Revista Eletrônica**, Campina Grande-PB, v. 8, n. 3, 2009. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/381>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

_____. O tratamento contábil do arrendamento mercantil nas demonstrações financeiras: o jogo de interesses versus a busca pela transparência dessas demonstrações. **Qualitas Revista Eletrônica**, Campina Grande-PB, v. 7, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/158>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

MENDONÇA, M. M.; COSTA, F. M.; GALDI, F. C.; FUNCHAL, B. O impacto da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) na qualidade do lucro das empresas brasileiras que emitiram ADRs. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo-SP, v. 21, n. 52, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34309/37041>>. Acesso em: 09 mai. 2016.

MIRANDA, E. L. Leasing (arrendamento mercantil) – uma visão geral. **Revista de Contabilidade do Mestrado de Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro-RJ, v. 6, n. 2, p. 29-32, 2001. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/7305/pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OGASAVARA, R. S. Leasing no Brasil: aspectos do arrendamento mercantil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro-RJ, v. 35, n. 3, p. 277-312, 1981. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/271/7736>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

PEREIRA, E. M.; BARRETO JUNIOR, E. A. M.; FREIRE, F. S.; RIBEIRO FILHO, A. D. Ajuste a valor presente da carteira de *leasing* e as distorções patrimoniais nas demonstrações contábeis das sociedades de arrendamento mercantil listadas na CVM. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo, SP. **Anais ...** São Paulo: EAC-FEA/USP, 2008. Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos102010/an_resumo.asp?con=1&cod_trabalho=302&titulo=Ajuste+a+valor+presente+da+carteira+de+leasing+e+as+distor%E7%F5es+patrimoniais+nas+demonstra%E7%F5es+cont%E1b>. Acesso em: 05 mar. 2016.

POMPEO, C. Contratos por leasing dão dor de cabeça a consumidores. **Gazeta do povo**, 24 set. 2015. Vida e cidadania. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/consumidor/contratos-por-leasing-dao-dor-de-cabeca-a-consumidores-2dxqf0afekpqu170rduvq0yee>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

RAMOS, G. M.; MARTINEZ, A. L. Governança corporativa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis-SC, v. 3, n. 6, p. 143-164, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/787/626>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

RIBEIRO, D. M.; REIS, E. M.; PINHEIRO, L. E. T. Impacto da mudança contábil no reconhecimento de ativos nas operações de arrendamento mercantil. **Revista Universo Contábil**, Blumenau-SC, v. 10, n. 2, p. 84-104, abr./jun., 2014. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/3918/pdf_12>. Acesso em: 16 mar. 2016.

RIZZARDO, A. **Leasing: arrendamento mercantil no direito brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JORDAN, B. D. **Princípios da administração financeira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SANT'ANA, J. A. A. A relação entre endividamento e rentabilidade nas empresas brasileiras de 1996 a 2000. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília-DF, v. 4, n. 2, p. 109-133, 2001. Disponível em: <https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/219/pdf_45>. Acesso em: 11 mai. 2016.

SANTOS, N. A.; RAIMUNDINI, S. L.; SOUSA, C. A. B. Evidenciação contábil: análise comparativa da aplicação das normas internacionais de contabilidade e das normas vigentes no Brasil em operações de arrendamento mercantil financeiro. **Revista Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá-PR, v. 26, n. 2, p. 72-87, mai./ago., 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/4821/pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

SCARPIN, J. E.; MACOHON, E. R.; DALLABONA, L. F. Variabilidade dos índices de endividamento em relação à adição dos passivos contingentes na estrutura patrimonial das empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto-SP, v. 8, n. 22, p. 3-14, set./dez, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/63286/97393>>. Acesso em: 11 mai. 2016.

SOUZA, M. M.; BORBA, J. A.; WUERGES, A. F. E.; LUNKES, R. J. Perda no valor recuperável de ativos: fatores explicativos do nível de evidenciação das empresas de capital aberto brasileiras. **Revista Universo Contábil**, Blumenau-SC, v. 11, n. 2, p. 06-24, abr./jun., 2015. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/3872/3025>>. Acesso em: 09 mai. 2016.

TODESCHINI, C.; MELLO, G. R. Rentabilidade e sustentabilidade empresarial das empresas do setor de energia. **Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba-PR, v. 5, n. 3, p. 33-46, set./dez., 2013. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rcc/article/view/30440/21742>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

VASCONCELOS NETO, J. F.; MARINHO, R. F.; SILVA, A. C. B.; CAMPELO, K. S. Reconhecimento, mensuração e evidenciação do arrendamento mercantil financeiro nas demonstrações contábeis do arrendador: um estudo sobre o nível de conformidade em empresas listadas na BOVESPA. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba-SC, v. 13, n. 3, p.1061-1088, set./dez, 2014. Disponível em:

<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/view/4528/pdf_60>. Acesso em: 21 fev. 2016.

APÊNDICES

Apêndice A – Amostra de pesquisa

| |
|---|
| AES ELPA S.A. |
| AES SUL DISTRIB GAUCHA DE ENERGIA S.A. |
| AES TIETE ENERGIA S.A. |
| ALGAR TELECOM S.A. |
| ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. |
| ALL AMERICA LATINA LOGISTICA S.A. |
| ALPARGATAS S.A. |
| ALTUS SISTEMA DE AUTOMAÇÃO S.A. |
| ALUPAR INVESTIMENTO S.A. |
| AMBEV S.A. |
| AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. |
| ARTERIS S.A. |
| AZEVEDO E TRAVASSOS S.A. |
| B2W - COMPANHIA DIGITAL |
| BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECANICAS |
| BOMBRIL S.A. |
| BR HOME CENTERS S.A. |
| BRASIL PHARMA S.A. |
| BRF S.A. |
| BRQ SOLUÇÕES EM INFORMATICA S.A. |
| BS&C EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. |
| BUETTNER S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO |
| CAMBUCI S.A. |
| CCR S.A. |
| CELULOSE IRANI S.A. |
| CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. |
| CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. |
| CENTRAIS ELET. BRAS. S.A. - ELETROBRAS |
| CENTRAIS ELET. DO PARA S.A. - CELPA |
| CIA ÁGUAS DO BRASIL - CAB AMBIENTAL |
| CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO |
| CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG |
| CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO - CELPE |
| CIA ENERGETICA DO RIO GDE NORTE - COSERN |
| CIA FERRO LIGAS DA BAHIA - FERBASA |
| CIA GAS DE SAO PAULO - COMGAS |
| CIA HERING |
| CIA LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS |
| CIA MELHORAMENTOS DE SAO PAULO |

Continua

Apêndice A – Amostra de pesquisa (continuação)

| |
|--|
| CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL |
| CIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ |
| CIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ |
| CIA SANEAMENTO BASICO EST. SAO PAULO |
| CIA SIDERURGICA NACIONAL |
| CIA TECIDOS NORTE DE MINAS COTEMINAS |
| CONC. ROD. OESTE SP VIAOESTE S.A. |
| CONC. RODOVIA PRES. DUTRA S.A. |
| CONC. ROTA DAS BANDEIRAS S.A. |
| CONC. SIST ANHANG-BANDEIRANT S.A. AUTOBAN |
| CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A. |
| CONSTRUTORA SULTEPA S.A. |
| CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A. |
| COSAN LIMITED |
| COSAN LOGISTICA S.A. |
| COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO |
| CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. |
| CPFL GERACAO DE ENERGIA S.A. |
| CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A. |
| CREMER S.A. |
| CRISTAL PIGMENTOS DO BRASIL S.A. |
| CSU CARDSYSTEM S.A. |
| CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA |
| CTX PARTICIPAÇÕES S.A. |
| CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A. |
| DHB INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. |
| DIAGNOSTICOS DA AMERICA S.A. |
| DIMED S.A. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS |
| DIRECIONAL ENGENHARIA S.A. |
| DURATEX S.A. |
| EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A. |
| ELECTRO ACO ALTONA S.A. |
| ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVICOS S.A. |
| ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A. |
| EMBRAER S.A. |
| ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DIST DE ENERGIA S.A. |
| ENERGISA MATO GROSSO-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. |
| ENERGISA S.A. |

Continua

Apêndice A – Amostra de pesquisa (continuação)

| |
|---|
| ENEVA S.A. |
| EQUATORIAL ENERGIA S.A. |
| ESTACIO PARTICIPAÇÕES S.A. |
| ETERNIT S.A. |
| EUCATEX S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO |
| EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A. |
| FERROVIA CENTRO-ATLANTICA S.A. |
| FERTILIZANTES HERINGER S.A. |
| FIBRIA CELULOSE S.A. |
| FORNO DE MINAS ALIMENTOS S.A. |
| FRAS-LE S.A. |
| GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. |
| GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. |
| HOTEIS OTHON S.A. |
| HYPERMARCAS S.A. |
| INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES |
| INTERNATIONAL MEAL COMPANY ALIMENTAÇÃO S.A. |
| IOCHPE MAXION S.A. |
| J. MACEDO S.A. |
| JBS S.A. |
| JHSF PARTICIPAÇÕES S.A. |
| JOSAPAR-JOQUIM OLIVEIRA S.A. – PARTICIP. |
| JSL S.A. |
| KARSTEN S.A. |
| KROTON EDUCACIONAL S.A. |
| LATAM AIRLINES GROUP S.A. |
| LINX S.A. |
| LOCALIZA RENT A CAR S.A. |
| LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S.A. |
| LOJAS AMERICANAS S.A. |
| LOJAS RENNER S.A. |
| LUPATECH S.A. |
| M.DIAS BRANCO S.A. IND COM DE ALIMENTOS |
| MAESTRO LOCADORA DE VEICULOS S.A. |
| MAGAZINE LUIZA S.A. |
| MARFRIG GLOBAL FOODS S.A. |
| MARISA LOJAS S.A. |
| METISA METALURGICA TIMBOENSE S.A. |

Continua

Apêndice A – Amostra de pesquisa (continuação)

| |
|---|
| MINERVA S.A. |
| MINUPAR PARTICIPACOES S.A. |
| MMX MINERACAO E METALICOS S.A. |
| MRS LOGISTICA S.A. |
| MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A. |
| MUNDIAL S.A. - PRODUTOS DE CONSUMO |
| NADIR FIGUEIREDO IND E COM S.A. |
| NATURA COSMETICOS S.A. |
| NEOENERGIA S.A. |
| OGX PETROLEO E GAS S.A. |
| OURO FINO SAUDE ANIMAL PARTICIPAÇÕES S.A. |
| OURO VERDE LOCACAO E SERVICO S.A. |
| PBG S.A. |
| PETRO RIO S.A. |
| PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS |
| PLASCAR PARTICIPAÇÕES INDUSTRIAIS S.A. |
| POMIFRUTAS S.A. |
| POSITIVO INFORMATICA S.A. |
| PRUMO LOGÍSTICA S.A. |
| QGEP PARTICIPAÇÕES S.A. |
| RAIA DROGASIL S.A. |
| RAIZEN ENERGIA S.A. |
| RANDON S.A. IMPLEMENTOS E PARTICIPAÇÕES |
| REDE ENERGIA S.A. |
| RENOVA ENERGIA S.A. |
| RESTOQUE COMÉRCIO E CONFECÇÕES DE ROUPAS S.A. |
| RUMO LOGISTICA OPERADORA MULTIMODAL S.A. |
| SANTHER FAB DE PAPEL STA THEREZINHA S.A. |
| SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. |
| SAO MARTINHO S.A. |
| SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES |
| SER EDUCACIONAL S.A. |
| SLC AGRICOLA S.A. |
| SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. |
| SUZANO HOLDING S.A. |
| SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A. |
| TEC TOY S.A. |
| TECNISA S.A. |
| TEGMA GESTAO LOGISTICA S.A. |

Continua

Apêndice A – Amostra de pesquisa (continuação)

| |
|--|
| TEKNO S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO |
| TELEFÔNICA BRASIL S.A |
| TEREOS INTERNACIONAL S.A. |
| TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A. |
| TIM PARTICIPAÇÕES S.A. |
| TPI - TRIUNFO PARTICIP. E INVEST. S.A. |
| TRACTEBEL ENERGIA S.A. |
| TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. |
| TRIÂNGULO DO SOL AUTO-ESTRADAS S.A. |
| TRISUL S.A. |
| UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A. |
| UNIPAR CARBOCLORO S.A. |
| USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A.-USIMINAS |
| VALE S.A. |
| VALID SOLUÇÕES E SERV. SEG. MEIOS PAG. IDENT. S.A. |
| VIA VAREJO S.A. |
| VIGOR ALIMENTOS S.A. |
| VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A. |
| WEMBLEY SOCIEDADE ANONIMA |
| WETZEL S.A. |
| WILSON SONS LTDA |

Fonte: Elaboração própria.